

CADERNO DE ENCARGOS
174-UCP-2022 - AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR
- DISTRIBUIÇÕES ADICIONAIS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 3. ^a - Duração do contrato.....	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	3
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	3
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor	3
Cláusula 5. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens	3
Cláusula 6. ^a - Entrega dos bens objeto do contrato.....	4
Cláusula 7. ^a - Fatura Eletrónica.....	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo</i>	5
Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 9. ^a - Proteção de dados	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCobaça	6
Cláusula 10. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 11. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 12. ^a - Faturação	7
Cláusula 13. ^a - Condições de pagamento	7
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....	7
Cláusula 14. ^a - Garantia de cumprimento contratual	7
Cláusula 15. ^a - Seguros	8
CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO	8
Cláusula 16. ^a – Supervisão e controlo	8
Cláusula 17. ^a – Funções do gestor do contrato	8
CAPÍTULO V – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
Cláusula 18. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	9
Cláusula 19. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	10
CAPÍTULO VI – RESOLUÇÃO DO CONTRATO	10
Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobaca	10
Cláusula 21. ^a - Resolução por parte do adjudicatário	11
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações	11
Cláusula 23. ^a Contagem dos prazos	12
Cláusula 24. ^a - Legislação aplicável	12
ANEXO A- REQUISITOS TÉCNICOS.....	13
Cláusula 1. ^a – Bens a fornecer	13
ANEXO A.1 – PREVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO LEITE E BEBIDA VEGETAL (DISTRIBUIÇÕES ADICIONAIS)	16

**CADERNO DE ENCARGOS - 174-UCP-2022 - AQUISIÇÃO DE LEITE
ESCOLAR - DISTRIBUIÇÕES ADICIONAIS****Capítulo I - Disposições gerais****Cláusula 1.^a - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **o fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo, durante o ano letivo 2022/2023 (distribuições adicionais)**.

Cláusula 2.^a – Duração do contrato

O contrato entra em vigor após adjudicação, que se efetiva com publicação no portal Base.Gov, e mantém-se em vigor durante o período máximo previsto de 45 semanas de fornecimento no ano letivo 2022/2023.

Capítulo II - Obrigações contratuais**Secção I -Obrigações do fornecedor****Subsecção I - Disposições gerais****Cláusula 3.^a - Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens conforme condições apresentadas na sua proposta; e
- b) Obrigação de garantia de qualidade dos bens.

Cláusula 4.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

1 — O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Alcobça os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O fornecedor é responsável perante *Município de Alcobaca* por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 5.^a - Entrega dos bens objeto do contrato

1 — O fornecedor deverá proceder à entrega dos produtos, de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos na cláusula 1.^a do Anexo A deste caderno de encargos, nos estabelecimentos escolares, mensalmente e de acordo com a requisição, devendo disponibilizar via e-mail (joana.marques@cm-alcobaca.pt), ao coordenador da implementação do Regime Escolar no Município, cópia das guias de remessa referentes à entrega de leite e produtos lácteos em cada uma das escolas e jardins de infância.

2 — As guias de remessa entregues pelo fornecedor, deverão ter a quantidade de Leite e produtos lácteos discriminada em unidades/pacotes (0.2 a 0.25l) entregues e cada escola.

Cláusula 6.^a – Fatura Eletrónica

1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).

2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

3 – A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 30 de junho de 2022 para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos

contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao *Município de Alcobaca*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *"o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados"*, e *"o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito"*.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do *Município de Alcobaca*

Cláusula 9.^a - Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o *Município de Alcobaca* deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaca, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 - Conforme previsto no artigo 10.º do DL n.º 6/2004, de 06 de janeiro, por extensão do âmbito de aplicação, nos termos do seu artigo 2.º, poderá haver lugar a revisão de preços por garantia de custos com a aquisição objeto do presente procedimento por parte do adjudicatário face a subidas de preço impostas pelo mercado.

4 - Caso se verifique situação que ponha em causa a garantia de custos, conforme ponto anterior, esta deve ser feita por notificação do cocontratante acompanhada da devida justificação e comprovativo quando puser em causa a viabilidade do fornecimento e sempre anterior a esse fornecimento.

5 - Para efeitos do disposto no n.º anterior, a entidade adjudicante exigirá justificação e comprovativo do aumento dos custos de aquisição dos bens objeto deste contrato apresentados, na data em que inviabiliza o fornecimento, em relação ao custo à data da apresentação da proposta.

6 - A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a eventual modificação contratual no prazo de 20 dias após notificação da ocorrência por parte do adjudicatário, conforme pontos 4 e 5.

Cláusula 10.^a – Preço base

1 - O preço base global de contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de €165.812,25+IVA.

2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaca, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem

como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e inclui ainda as taxas obrigatórias.

3 – Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 11.ª - Faturação

1 - A faturação deverá ser efetuada, por entrega, correspondendo a uma fatura mensal que terá de ser detalhada (com discriminação das quantidades, tipologias de leite e estabelecimentos de ensino - em unidades, e preço unitário dos produtos).

2 – Todas as faturas terão de ser validadas pela Unidade de Veterinária e Saúde Pública.

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Alcobça devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas, nos termos da cláusula anterior, após o vencimento das obrigações respetivas, e devem fazer sempre referência aos n.ºs de compromisso processo e requisição externa.

2 – Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a entrega dos bens objeto do contrato.

3 – Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 13.ª - Garantia de cumprimento contratual

1 – Não é exigida a prestação de caução.

2 – O Município pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das

obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 14.^a – Seguros

1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo IV – Gestão do contrato

Cláusula 15.^a – Supervisão e controlo

1 — O Município de Alcobça designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, a técnica superior Joana Marques e nas suas faltas e impedimentos pela técnica superior Diana Rodrigues, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 16.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;

- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo V – Cessão da posição contratual

Cláusula 17.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

Cláusula 18.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VI – Resolução do contrato

Cláusula 19.^a - Resolução por parte do Município de Alcobaca

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobaca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar

de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 20.^a - Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaca, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VII - Disposições finais

Cláusula 21.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 – Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 – As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A- Requisitos Técnicos

Cláusula 1.^a – Bens a fornecer

1 – O presente contrato tem por objeto principal a aquisição de leite escolar nas EB1 e Jardins de Infância, com os seguintes requisitos:

- Este fornecimento complementa o regime de fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo ao abrigo do Regime Escolar – Regulamento (EU) n.º 2017/39 (Procedimento n.º 173/UCP/2022).
- Compreende o alargamento da medida de distribuição de leite escolar para mais quatro embalagens por aluno, suportada pelo Município, garantindo assim distribuição de Leite a todos os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico durante 5 dias da semana, durante todo o ano letivo e acrescenta a estimativa máxima de mais 15 semanas (num total máximo estimado de 45 semanas de distribuição)
- Inclui também a disponibilização de Bebida Vegetal (de soja) para os alunos vegetarianos ou que manifestem alergia ou intolerância a componentes do leite;
- É aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas abrangendo os alunos que frequentam o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Leite de consumo do código NC 0401 – Leite parcialmente desnatado ou leite meio-gordo, leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre mínimo de 1,50% (m/m) e um máximo de 1,80% (m/m), ou as suas variantes sem lactose.
- Bebida vegetal simples, à base de plantas (soja), sem adição açúcar adoçantes (não ultrapassando os 2,5 g/100ml), enriquecida em cálcio (120mg por 100ml) e vitaminas (D, B2, B12)
- Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições higieno-sanitárias;
- Só serão aceites embalagens fechadas, limpas e rotuladas com as menções escritas exigidas legalmente;
- Qualquer tipo de deficiência de ordem sanitária ou de processamento tecnológico, que leve a rejeições, serão da responsabilidade do fornecedor;
- Os materiais de acondicionamento e de embalagem devem obedecer a todas as regras de higiene e serem perfeitamente inócuos;
- Só serão aceites produtos que apresentem as características organoléticas adequadas;

- Todos os leites e bebida vegetal solicitados deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 4 meses.
- Prazo de validade ultrapassado ou insuficiente e limpeza deficiente serão motivos de recusa das matérias-primas;
- A empresa fornecedora deverá ter implementado um sistema de autocontrolo – HACCP;

2 – Pretende-se a execução de um fornecimento mensal de leite e bebida vegetal, de acordo com previsão de tipologias e disponibilizações máximas estimadas apresentadas no quadro do anexo A.1, nos seguintes locais:

	Escolas	Nº alunos	Morada
S. Martinho do Porto	JI Casal Pardo	16	Rua Largo do Rossio Casal Pardo - 2460-197 Alfeizerão
	EB1 Alfeizerão	150	Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão
	EB1 Casal Velho	40	Casal Velho - 2460-199 Casal Velho
	JI Centro Escolar da Cela	25	Rua da Cruz - 2460-342 Cela
	EB1 Centro Escolar da Cela	80	
	EB1 S. Martinho do Porto	125	R. Dr. Rafael Gagliardini Graça - 2460-648 São Martinho do Porto
Agrupamento de cister	EB1 Centro Escolar Alcobça	300	Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça
	JI Centro Escolar Alcobça	100	
	EB1 Aljubarrota	73	Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota
	JI Aljubarrota	23	
	EB1 Alpedriz	40	Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz
	JI Alpedriz	20	
	EB1 Areeiro	34	Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro
	JI Areeiro	22	
	EB1 Ataíja de Cima	50	Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima
	JI Ataíja de Cima	50	
	EB1 Bárrio	85	Rua da Igreja Nova, 17 - 2460-302 Bárrio
	EB1 Burinhosa	21	Rua do Clube - 2445-036 Burinhosa
	JI Burinhosa	20	Rua Casal das Terras 2445-039 Burinhosa
	EB1 Carris	50	Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça
	JI Carris	50	
	EB1 Carvalhal	70	Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota
	JI Carvalhal	40	
	EB1 Casal Ramos	50	Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos
	JI Casal Ramos	25	
	EB1 Évora de Alcobça	50	Rua da Escola - 2460-492 Évora de Alcobça
	JI Évora de Alcobça	25	Rua Dr.ª Mª do Espírito Santo R. de Figueiredo 2460-492 Évora de Alcobça
	EB1 Maiorga	78	Rua 25 de Abril nº 69 - 2460-532 Maiorga
	EB1 Martingança	50	Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança

	Escolas	Nº alunos	Morada
	JI Martingança	25	Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias
	EB1 Pataias	160	
	JI Pataias	50	
	EB1 Póvoa	40	Rua da Sr. ^a da Graça nº 5 e 7 - 2460-414 Póvoa
	JI Póvoa	30	Rua das Barrias, nº 63 - 2460-396 Póvoa
	EB1 Vestiaria	50	Rua da Piedade - 2460-742 Casais Vestiaria
Agrupamento da Benedita	EB1 Centro Escolar Benedita	300	Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita
	JI Centro Escolar Benedita	120	
	EB1 Ribafria	75	Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita
	JI Ribafria	50	
	EB1 Centro Escolar Turquel	150	Rua Porto da Pedra n.º 57 - 2460-342 Turquel
	JI Centro Escolar Turquel	88	
	EB1 Vimeiro	100	Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro
	JI Vimeiro	40	
	JI Gaio	40	Rua Principal 2460-771 Gaio

ANEXO A.1 – Previsão de distribuição do leite e bebida vegetal (distribuições adicionais)

		Nº alunos	Valor diário		
Escolas			Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal
S. Martinho do Porto	JI Casal Pardo	16	10	3	3
	Alfeizerão	150	104	23	23
	Casal Velho	40	28	6	6
	JI Centro Escolar da Cela	25	17	4	4
	Centro Escolar da Cela	80	56	12	12
	S. Martinho do Porto	125	87	19	19
	Sub-Total	436	302	67	67
Agrupamento de cister	Centro Escolar Alcobaça	300	210	45	45
	JI Centro Escolar Alcobaça	100	70	15	15
	Aljubarrota	73	51	11	11
	JI Aljubarrota	23	17	3	3
	Alpedriz	40	28	6	6
	JI Alpedriz	20	14	3	3
	Areeiro	34	24	5	5
	JI Areeiro	22	16	3	3
	Ataíja de Cima	50	34	8	8
	JI Ataíja de Cima	50	34	8	8
	Bárrio	85	60	13	12
	Burinhosa	21	15	3	3
	JI Burinhosa	20	14	3	3
	Carris	50	34	8	8
	JI Carris	50	34	8	8
	Carvalhal	70	48	11	11
	JI Carvalhal	40	28	6	6
	Casal Ramos	50	34	8	8
	JI Casal Ramos	25	17	4	4
	Evora de Alcobaça	50	34	8	8
	JI Evora de Alcobaça	25	17	4	4
	Maiorga	78	54	12	12
	Martingança	50	34	8	8
	JI Martingança	25	17	4	4
	Pataias	160	112	24	24
	JI Pataias	50	34	8	8
	Póvoa	40	30	5	5
	JI Póvoa	30	20	5	5
	Vestiaría	50	34	8	8
	Sub-Total	1681	1168	257	256
Agrupamento da Benedita	Centro Escolar Benedita	300	210	45	45
	JI Centro Escolar Benedita	120	84	18	18
	Ribafria	75	51	12	12
	JI Ribafria	50	34	8	8
	Centro Escolar Turquel	150	104	23	23
	JI Centro Escolar Turquel	88	62	13	13
	Vimeiro	100	70	15	15
	JI Vimeiro	40	28	6	6
	JI Gaio	40	28	6	6
	Sub-Total	963	671	146	146
Total		3080	2141	470	469

30 SEMANAS (parte adicional para complementar as distribuições sujeitas a financiamento)								
Valor semanal			Previsão para 30 SEMANAS			Presivão: Valor Mensal		
Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal	Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal	Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal
40	12	15	1200	360	450	160	48	60
416	92	115	12480	2760	3450	1664	368	460
112	24	30	3360	720	900	448	96	120
68	16	20	2040	480	600	272	64	80
224	48	60	6720	1440	1800	896	192	240
348	76	95	10440	2280	2850	1392	304	380
1208	268	335	36240	8040	10050	4832	1072	1340
840	180	225	25200	5400	6750	3360	720	900
280	60	75	8400	1800	2250	1120	240	300
204	44	55	6120	1320	1650	816	176	220
68	12	15	2040	360	450	272	48	60
112	24	30	3360	720	900	448	96	120
56	12	15	1680	360	450	224	48	60
96	20	25	2880	600	750	384	80	100
64	12	15	1920	360	450	256	48	60
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
240	52	60	7200	1560	1800	960	208	240
60	12	15	1800	360	450	240	48	60
56	12	15	1680	360	450	224	48	60
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
192	44	55	5760	1320	1650	768	176	220
112	24	30	3360	720	900	448	96	120
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
68	16	20	2040	480	600	272	64	80
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
68	16	20	2040	480	600	272	64	80
216	48	60	6480	1440	1800	864	192	240
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
68	16	20	2040	480	600	272	64	80
448	96	120	13440	2880	3600	1792	384	480
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
120	20	25	3600	600	750	480	80	100
80	20	25	2400	600	750	320	80	100
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
4672	1028	1280	140160	30840	38400	18688	4112	5120
840	180	225	25200	5400	6750	3360	720	900
336	72	90	10080	2160	2700	1344	288	360
204	48	60	6120	1440	1800	816	192	240
136	32	40	4080	960	1200	544	128	160
416	92	115	12480	2760	3450	1664	368	460
248	52	65	7440	1560	1950	992	208	260
280	60	75	8400	1800	2250	1120	240	300
112	24	30	3360	720	900	448	96	120
112	24	30	3360	720	900	448	96	120
2684	584	730	80520	17520	21900	10736	2336	2920
8564	1880	2345	256920	56400	70350	34256	7520	9380

15 SEMANAS (semanas adicionais fora do financiamento)								
Valor Semanal			Previsão para 15 SEMANAS			Previsão: Valor Mensal		
Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal	Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal	Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal
50	15	15	750	225	225	200	60	60
520	115	115	7800	1725	1725	2080	460	460
140	30	30	2100	450	450	560	120	120
85	20	20	1275	300	300	340	80	80
280	60	60	4200	900	900	1120	240	240
435	95	95	6525	1425	1425	1740	380	380
1510	335	335	22650	5025	5025	6040	1340	1340
1050	225	225	15750	3375	3375	4200	900	900
350	75	75	5250	1125	1125	1400	300	300
255	55	55	3825	825	825	1020	220	220
85	15	15	1275	225	225	340	60	60
140	30	30	2100	450	450	560	120	120
70	15	15	1050	225	225	280	60	60
120	25	25	1800	375	375	480	100	100
80	15	15	1200	225	225	320	60	60
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
300	65	60	4500	975	900	1200	260	240
75	15	15	1125	225	225	300	60	60
70	15	15	1050	225	225	280	60	60
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
240	55	55	3600	825	825	960	220	220
140	30	30	2100	450	450	560	120	120
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
85	20	20	1275	300	300	340	80	80
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
85	20	20	1275	300	300	340	80	80
270	60	60	4050	900	900	1080	240	240
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
85	20	20	1275	300	300	340	80	80
560	120	120	8400	1800	1800	2240	480	480
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
150	25	25	2250	375	375	600	100	100
100	25	25	1500	375	375	400	100	100
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
5840	1285	1280	87600	19275	19200	23360	5140	5120
1050	225	225	15750	3375	3375	4200	900	900
420	90	90	6300	1350	1350	1680	360	360
255	60	60	3825	900	900	1020	240	240
170	40	40	2550	600	600	680	160	160
520	115	115	7800	1725	1725	2080	460	460
310	65	65	4650	975	975	1240	260	260
350	75	75	5250	1125	1125	1400	300	300
140	30	30	2100	450	450	560	120	120
140	30	30	2100	450	450	560	120	120
3355	730	730	50325	10950	10950	13420	2920	2920
10705	2350	2345	160575	35250	35175	42820	9400	9380

45 SEMANAS		
Previsão para 45 SEMANAS		
Leite Simples	Leite S/Lactose	Bebida vegetal
1950	585	675
20280	4485	5175
5460	1170	1350
3315	780	900
10920	2340	2700
16965	3705	4275
58890	13065	15075
40950	8775	10125
13650	2925	3375
9945	2145	2475
3315	585	675
5460	1170	1350
2730	585	675
4680	975	1125
3120	585	675
6630	1560	1800
6630	1560	1800
11700	2535	2700
2925	585	675
2730	585	675
6630	1560	1800
6630	1560	1800
9360	2145	2475
5460	1170	1350
6630	1560	1800
3315	780	900
6630	1560	1800
3315	780	900
10530	2340	2700
6630	1560	1800
3315	780	900
21840	4680	5400
6630	1560	1800
5850	975	1125
3900	975	1125
6630	1560	1800
227760	50115	57600
40950	8775	10125
16380	3510	4050
9945	2340	2700
6630	1560	1800
20280	4485	5175
12090	2535	2925
13650	2925	3375
5460	1170	1350
5460	1170	1350
130845	28470	32850
417495	91650	105525